

Carta aberta aos Senhores Presidentes da Argentina, da Bolívia, do Brasil, do Equador, do Paraguai e da Venezuela.

## **POR UM BANCO DO SUL QUE ACORDE COM OS DIREITOS, NECESSIDADES, POTENCIALIDADES E A VOCAÇÃO DEMOCRÁTICA DOS POVOS**

Com nossa consideração

As redes, organizações e movimentos sociais signatários, que estamos lutando contra o flagelo da ilegítima dívida externa e das políticas práticas perversas das instituições financeiras internacionais existentes, nos dirigimos a vossos Governos entendendo que a decisão tomada de criar o Banco do Sul pode representar um enorme passo e oportunidade para América Latina e o Caribe como assim também, outras regiões do Sul.

A região observou nas últimas décadas repetidos ciclos de auge financeiro e posterior declínio que marcaram profundamente a regressão das condições de vida, trabalho e de inversão pública e social.

Não só devem reparar-se as evidentes seqüelas negativas da história recente, hoje, amplamente reconhecidas, sem que entendemos que é preciso promover um sistema financeiro regional alternativo consistente com a necessidade de dar prioridade absoluta à superação da pobreza, a marginalidade e o subdesenvolvimento estrutural, provocados também pelos enormes custos públicos e sociais dos desastres financeiros, das políticas de desregulamentação e privatização do patrimônio público impulsionadas e condicionadas pelas entidades cotas de créditos, e o crescimento de uma gigantesca dívida ilegítima.

É evidente que os organismos financeiros internacionais existentes –FMI, BM, BID– estão cada vez mais desacreditados pela natureza de suas políticas, seu caráter antidemocrático e a falta de transparência em suas práticas, a ponto não só já de questionar-se de forma muito generalizada seus resultados, mas também a própria arquitetura do sistema financeiro e monetário vigente.

Creemos que o Banco do Sul deve ser parte de uma resposta regional unitária, junto com a criação de um fundo de estabilização do Sul, uma moeda comum regional, a realização de uma auditoria das dívidas internas e externas e o não pagamento das dívidas ilegítimas exigidas dos países. Uma resposta que contribua para romper a dependência em relação aos mercados de capitais globalizados incertos e altamente especulativos, de forma que possa canalizar a própria capacidade de poupança, deter a fuga de capitais e voltar recursos na forma consistente com os direitos e as necessidades dos povos.

A só formulação da necessidade de uma institucionalidade financeira alternativa, ainda resulta muito importante, não alcança. O debate sobre a colocação em marcha de uma banca alternativa “sul-sul” tem então importância central e é por isso que fazemos nossa solicitação formulada por diversas organizações e movimentos, no sentido de requerer a vocês. A abertura imediata de instâncias nacionais e regionais de informação, participação e consulta antes que seja posto em funcionamento o Banco.

Igualmente, ante a instância atual de definições, entendemos que é imprescindível que o Banco do Sul parta de claras definições em relação a seus

recursos, objetivos, organização, normativa, sistema de tomadas de decisão e gestão operatória, de forma que:

a) Defina como objetivo central a promoção do desenvolvimento próprio, soberano e solidário dos países membros e de toda a região. Desenvolvimento definido como o desdobramento dos atributos, recursos e potenciais das pessoas, das comunidades e dos povos, que não pode ser feito sem que eles próprios sejam seus protagonistas principais.

b) Integre seu capital acionário e direção de forma igualitária entre os países membros.

c) Defina claramente que suas quotas de crédito serão para o fortalecimento do setor público e social, dando prioridade à redistribuição da riqueza e à proteção do meio ambiente, contribuindo para superar as assimetrias existentes e respeitando a vida e o bem-estar do povo, seus direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais e pelo direito à sua própria auto-determinação e desenvolvimento. Por isso, rechaçamos explicitamente que o Banco do Sul seja utilizado para financiar mega-projetos como o IIRSA, ou investimentos extrativos, contaminantes ou socialmente excludentes que servem para continuar o saqueio e a morte dos povos.

d) Estabeleça explicitamente mecanismos informativos e de controles públicos abertos, definindo: que os funcionários e empregados do Banco do Sul não gozarão de imunidade, nem privilégio tributário pessoal algum, que a prestação de contas será levada ao conhecimento e consideração dos Parlamentos e da sociedade civil, e que toda informação será considerada pública. Tudo isso deve ser entendido de acordo com o destacado pela declaração ministerial de Quito, de 13 de maio passado, ao assinalar que: "Os povos deram a seus governos os mandatos para dotar toda a região de novos instrumentos de integração para o desenvolvimento que devem basear-se em esquemas democráticos, transparentes, participativos e responsáveis ante seus mandantes".

A atual conjuntura econômica e financeira regional e internacional é favorável para dar passos concretos neste sentido, porém, pode não se prolongar. Esperamos que essa possibilidade histórica para criar um verdadeiro Banco Solidário dos Povos do Sul seja aproveitada.

Saudamos a todos/as com a maior distinção.

ASSINATURAS

JUBILEO SUR

PACS – Instituto Políticas Alternativas para el Cono Sur